

Transcrição MPMG

Entrevistador

15 de junho marca o Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa. A data foi instituída em 2006, pela organização das Nações Unidas, a ONU, e pela Rede Internacional de Prevenção à Violência à Pessoa Idosa, com o objetivo de criar uma consciência mundial, social e política sobre esse tipo de violência e prevenir novos casos.

Para falar sobre essa data e sobre a atuação do Ministério Público de Minas Gerais no direito das pessoas idosas, hoje a gente conversa com a promotora de Justiça Vânia Samira Doro, responsável pelo Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Promoção dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência (CAO-IPCD) do MPMG. Olá promotora, seja bem-vinda ao Vox.

Vânia Samira

Obrigada, Bruno, boa tarde! Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde, Luciana!

Entrevistador

Nós conversaremos também com a promotora de Justiça Luciana Andrade Reis Moreira, responsável por uma operação do MPMG realizada em Esmeraldas que resgatou mais de 70 pacientes em situação degradante em clínicas para idosos e pessoas com transtorno mental.

Bem-vinda, promotora! Seja também bem-vinda ao Vox.

Luciana Andrade

Obrigada, boa tarde! Boa tarde novamente a todos!

Entrevistador

Agradecemos também a você que nos acompanha no nosso bate-papo pelas plataformas de áudio ou pelo YouTube.

Entrevistador

Vamos às perguntas. Promotora Samira, posso chamá-la de promotora Samira?

Vânia Samira

Fica à vontade.

Entrevistador

Promotora Samira, poderia explicar ao nosso ouvinte qual o papel do Ministério Público no contexto desse dia 15?

Vânia Samira

Bom, o papel do Ministério Público, especialmente nesse dia 15, mas não só nesse dia, e sim durante todo o tempo, é estar atento à situação das pessoas idosas, de uma forma integral.

Comentado [AR1]: Bruno, fiquei muito pensativa com relação ao uso do pronome demonstrativo esse/este e sua aplicação mais adequada para este contexto. Por isso, quero dividir com vc. Para os casos em que estamos situados no tempo presente (com relação ao tempo do discurso), costumamos, de acordo com a norma-padrão da língua, grafar este dia, por exemplo. Este ano, esta data, referindo-se ao dia de hoje, ao agora... ao ano corrente... enfim. Como a publicação vai acontecer no dia 15, ou melhor, existe essa previsão, fiquei pensando nesta possibilidade, de usar o pronome esta/este combinado com data/dia, para se referir ao dia 15. Essa alteração teria de ocorrer em todo o documento, restritamente ao caso em tela... Mas depois fiquei pensando que, se não for divulgado na data, teríamos de refazer a correção. Então preferi adotar o jeito informal de uso do pronome. Você prefere o uso da norma-padrão?

Comentado [BM2R1]: Então Ana, a gravação está prevista para a data, dia 15. Mas usaremos trechos da entrevista, pra divulgação, nos dias seguintes. O ideal não seria nesse? Acho que prefiro o informal

Comentado [AR3R1]: ok

Comentado [AR4]: Bruno: verificar se o nome é com acento ou não e aplicar em todo o documento.

Comentado [BM5R4]: é Vânia, vou alterar.

A gente tem por hábito pensar na violência mais visível, a violência física, a agressão, mas a gente precisa lembrar que existem outras formas de violência, que muitas vezes são até mais comuns do que a agressão propriamente dita. A violência psicológica, a violência à qual é submetido o idoso quando ele está precisando de cuidados médicos ou de cuidados básicos e esses cuidados não vêm, a troca de fralda na hora certa, a troca de roupa, a limpeza dos cômodos, a alimentação, a própria violência psicológica, né?

Muitas vezes em casa, o idoso, especialmente quando é mais dependente, é submetido a uma agressão psicológica cotidiana, a xingamentos, a humilhações. Isso também consiste em violência. Como a violência financeira, que é reter o cartão do idoso, usar o dinheiro que ele recebe, não com o próprio idoso, mas com outras despesas, muitas vezes até supérfluas; fazer financiamento, empréstimo em nome do idoso sem que isso seja revertido para ele. Então o Ministério Público tem que estar atento a tudo isso e especialmente àquilo que muitas vezes é esquecido, como as violências institucionais, que são as violências que o próprio Poder Público submete o idoso quando o serviço público não é bem prestado ou quando o serviço público que é destinado a essa parcela da sociedade não existe e quando a gente, enquanto instituição, desrespeita a vontade, o querer e o modo de vida que a pessoa idosa escolhe.

Entrevistador

A senhora mencionou sobre os tipos de violência, e eu queria aproveitar para perguntar para a promotora Luciana, e mais para frente a gente vai falar sobre a operação dos 70 idosos: quais são os tipos mais comuns de violência e quais os mais impactantes?

Luciana Andrade

Normalmente o que chega até o nosso conhecimento é exatamente essa violência psicológica. Atualmente a violência financeira, vamos assim dizer, anda sendo bastante recorrente. Agora, a questão física, a gente chega num certo extremo, vamos assim dizer.

Entrevistador

Um passo.

Luciana Andrade

É o último passo. Não é aquela situação que chega todos os dias ao nosso conhecimento. Eu acho que na medida que ela chega até a Promotoria é porque realmente a situação ali já passou por outras etapas prévias até chegar nesse passo extremo. Então, os mais diversos tipos de violação ocorrem a depender, infelizmente, da capacidade financeira do idoso, do tipo de conhecimento daqueles que o cercam.

Então, isso depende muito da questão até mesmo social, de onde e como aquele idoso está inserido.

Entrevistador

A gente fala sobre o trabalho de conscientização sobre essa data, promotora Vânia. Eu queria que você explicasse para o ouvinte, para o nosso telespectador, qual a importância do CAO-IPCD e como esse trabalho acontece, como ele é feito.

Vânia Samira

O CAO é um centro de apoio, normalmente voltado à atuação propriamente dita dos promotores. A gente sabe que, especialmente nas comarcas do interior, nas cidades mais interioranas, os promotores acumulam muitas funções. Muitas vezes o promotor trabalha na defesa do idoso, mas trabalha também na saúde, de um modo geral, na infância e tem outras inúmeras atribuições.

Então, os centros de apoio tentam facilitar a vida desse promotor, que muitas vezes está assoberbado, para que ele consiga atuar de forma eficiente em todas essas frentes, mesmo com tanto trabalho para fazer. Então, a gente procura, além de fornecer fundamentos, materiais para que o promotor possa realizar o trabalho dele de forma mais eficiente, mais rápida, tenta estabelecer um padrão para que a atuação em Minas Gerais seja mais uniforme, então a gente faz sugestões. É lógico, sempre primando pela independência do promotor.

Cada promotor e promotora, nos seus locais, vai ter independência de fazer da forma que entende como correta, mas a gente apresenta sugestões para que essa atuação seja o mais uniforme, o mais padronizada possível, para que o idoso lá no norte seja atendido da mesma forma que o idoso no sul, ou no Triângulo, ou no leste, onde quer que seja.

Então, nosso trabalho é esse. Além de tentar articular de uma melhor forma com os órgãos estatais e entre os promotores, propriamente.

Entrevistador

Vamos então, promotora Luciana, já que a doutora Vânia falou que o CAO é um centro de apoio para as funções das Promotorias também, entrar em um assunto: a senhora participou de uma importante operação que ocorreu em Esmeraldas e que resgatou 70 idosos que viviam em situação degradante em algumas clínicas daquela cidade.

Eu queria que você resumisse, desse um panorama de como ocorreu e como foi esse trabalho em conjunto.

Luciana Andrade

Na verdade, Bruno, tudo começou com uma denúncia anônima que nós recebemos no final do ano passado, ou melhor, no meio do ano passado, a respeito do funcionamento de uma clínica. Na verdade, eles se autointitulam clínica, mas eles não se enquadram dentro, supostamente, da dinâmica de uma clínica. É como se fosse uma casa de repouso para idosos. Vários idosos ali internos estariam sofrendo os mais diversos tipos de violência, de maus-tratos. Tivemos até algumas denúncias de torturas, etc. E essa instituição teria se estabelecido no ano passado. Foi feita uma fiscalização inicial por parte dos órgãos do município, assistência social, vigilância sanitária, e de fato constataram várias irregularidades no local.

E esse é o problema que nós enfrentamos atualmente, exatamente em razão da ausência de uma fiscalização realmente mais intensiva. No momento em que a fiscalização ocorre, eles simplesmente se mudam. Eles mudam de endereço, eles mudam a localidade, e a gente não consegue acompanhar para onde foram e o que aconteceu. E foi isso o que aconteceu lá nessa primeira fiscalização que

ocorreu no local. Poucos dias depois, eles se mudaram e aí nós não tivemos notícia de para onde eles foram, não deixaram rastro, nem nada.

Depois nós tivemos uma segunda denúncia, de que eles teriam novamente se estabelecido no município de Ribeirão das Neves. Nós entramos em contato com outro promotor que lá atuava e, da mesma forma, ele teve o mesmo tipo de atuação. Foi feita a fiscalização, eles foram até o local, constataram que de fato os idosos estavam lá e que a situação permanecia. Pouquíssimos dias depois, eles se mudaram de novo. E nessa terceira mudança nós tivemos a notícia de que eles se estabeleceram novamente em Esmeraldas. E é até por conta dessa questão geográfica da região metropolitana. Quando você muda de um município, você foge daquela fiscalização de onde você já é conhecido inicialmente. Com poucos quilômetros, você já está em outro município. Então acaba que isso é um dificultador para a gente.

E nesse terceiro endereço, eles se estabeleceram, fizeram contato com uma outra casa parceira, vamos assim dizer, parceira deles, e distribuíram esses idosos em duas casas e, dessa vez, nessa suposta distribuição, os pacientes ficaram misturados entre pacientes com transtornos mentais, dependentes químicos, idosos. Todos sem o qualquer tipo de auxílio, seja a questão médica, seja a questão financeira. Sem nada.

E aí, nessa terceira denúncia, quando disseram para a gente: “Olha, se estabeleceram agora nesse endereço”, a gente já sabendo desse histórico, de que infelizmente não havia como ter um contato, uma atuação mais administrativa, tentar ver, sensibilizar e conversar, nós já partimos, infelizmente, por um outro lado, mais por um aspecto criminal, por conta exatamente do histórico de tudo o que a gente já tinha conhecimento de que ali estava ocorrendo.

E aí, então, vendo essa situação, nós entramos em contato com o CAO, pedimos realmente esse auxílio, porque, apesar de inicialmente ser esse aspecto criminal o foco, para a gente ir lá ver, não ter condição, realmente pedir a prisão preventiva desses diretores, a gente tinha uma situação muito grave, que eram esses pacientes que estavam ali dentro e, assim, como abordar isso, como fazer, o que a gente poderia fazer, qual a destinação desses pacientes? Porque o número é muito grande, e infelizmente o Estado não possui algumas clínicas, algumas instituições, para que a gente tenha um acolhimento imediato desses pacientes.

E uma abordagem também mais tranquila, uma abordagem que não assustasse tanto pessoas que estavam já tão vulneráveis.

Então o CAO foi muito importante nessa interface, nessa articulação prévia. Nós entramos em contato com várias secretarias do Estado, dos mais diversos campos, que pudessem realmente dar esse apoio. Quando chegamos até o local, de fato, todas as denúncias que a gente já recebia se concretizaram, e nós vimos que nunca, ali, poderia ser um local destinado ao acolhimento desses idosos, desses outros pacientes de outras áreas.

E agora a gente ainda encontra essa dificuldade, inclusive com esses pacientes que lá estão/estavam. Porque muitos não têm mais uma referência familiar. A família há anos já não sabe o que acontece.

Os cartões com o benefício do idoso ficavam com o então diretor da clínica, que pegava a integralidade daquele valor.

Alguns ali que até têm uma referência familiar, na hora em que o município tenta fazer o contato para ver o retorno desses idosos para o lar de origem, infelizmente, vários parentes falam: “Olha, não tenho a mínima condição de receber esse idoso aqui, não me mande, se vira”.

Entrevistador

É um peso.

Luciana Andrade

Infelizmente é isso que acontece.

Entrevistador

Para a família é um peso.

Luciana Andrade

É um peso.

Entrevistador

Que triste.

Luciana Andrade

E é muito difícil isso. Porque, durante o período produtivo deles, quando eles mais poderiam contribuir, a família sempre os queria por perto. Agora, quando na verdade eles precisam de ajuda, fica uma situação complicada, e essa situação nós estamos enfrentando com muitos pacientes ali, vários. Assim, vários mesmo. A gente já entrou em contato com a família, a família fala: “Olha, não adianta, não tem condição, não vou pegar, vocês vão ter que dar um jeito, achar algum outro lugar, uma outra instituição que acolha, porque a gente não pode”.

Então, essa é uma prática recorrente, é algo que acontece muito. Aqui, principalmente na região metropolitana, a gente sente, em razão dessa possibilidade de movimentação dessas clínicas. Porque, em uma cidade pequena, se uma pessoa se estabelece em determinado sítio ou algum lugar, alguém passa por perto. Você sabe onde é, as pessoas ficam sabendo. Agora aqui, por exemplo, em Esmeraldas. O território de Esmeraldas é muito grande, é maior do que a cidade de Belo Horizonte. Então essas clínicas vão, elas alugam alguns sítios. Nesses sítios, ela se estabelece ali por um certo prazo. Quando começa a vizinhança a tomar conhecimento da existência deles, eles já ficam sob alerta e já mudam, alugam outro. Há essa facilidade. E nunca, em momento algum, eles se estabelecem enquanto uma entidade para o acolhimento dos idosos, eles alugam enquanto pessoa física. Eles alugam aquele lugar para se estabelecerem ali, e o proprietário nem pergunta: “Vai ser para lazer, para que você está alugando isso?”.

Então, é uma série de dificuldades que a gente enfrenta para que seja possível essa identificação.

Entrevistador

Agora, promotora, falando do dia a dia, essa não é uma questão comum para mim, por exemplo, que sou relações-públicas. Eu pergunto a você, qual é a situação no momento em que você chega e vivencia aquilo, aquela cena?

Luciana Andrade

Têm os mais diversos aspectos, quando nós falamos. Inicialmente, chega ao nosso conhecimento uma situação em que o idoso está sendo objeto de uma violência psicológica, que ele não está sendo bem tratado por aquele familiar que fala: “Não aguento mais esse velho. Isso pra mim é um peso, um transtorno”.

E assim, a família vai até a Promotoria e fala: “Olha, eu estou com ele aqui e não consigo cuidar mais dele. E agora, como é que vai ser feito?”

A gente tem muitos desses casos, a gente tem outros casos dessa questão da violência física, que, na verdade, não é a família que chega, são vizinhos, conhecidos. Normalmente essas denúncias não são identificadas, são feitas de forma anônima, [a pessoa] fala: “Olha, eu tenho conhecimento de que o idoso “x” no local “z” está sendo maltratado, pelo que a gente está notando, ele tem vários machucados, a gente escuta gritos”.

Então, nessas situações mais crônicas, vamos assim dizer, sempre há um envolvimento policial. Acho que não tem como fugir disso.

Mas nas outras em que a gente consegue mais com a parte social, é tentar ver, conversar, sensibilizar os familiares, envolver os órgãos da assistência do próprio município. Não é um trabalho, simples, é um trabalho mais complexo, que envolve uma série de outros mecanismos e órgãos para atuar.

Entrevistador

Vocês falam sobre o trabalho com outras instituições. Você mencionou sobre polícia e outros órgãos. Eu queria que você falasse um pouco, e a senhora também, dra. Vânia, qual a importância do trabalho em conjunto, com outras instituições?

Luciana Andrade

É primordial, [sozinhos] a gente não consegue, realmente. Infelizmente! Quisera a gente pudesse fazer tudo o que passa e que aparece para a gente, mas não tem como.

O trabalho social por parte do município, na verdade, é o principal. Porque em determinados casos a gente não consegue resolver com uma medida que está ao nosso alcance, a eventual medida judicial, eventual tratativa dentro da Promotoria. Esses casos precisam de acompanhamento, precisam que o pessoal vá, que o pessoal faça esse acompanhamento, que seja pela unidade básica de saúde, que seja por parte da assistência social do município. O envolvimento daqueles atores ali próximos mesmo tem de ser um feito constantemente, para que a gente veja que aquela suposta violência realmente cessou e que esse idoso de fato agora voltará a ser inserido naquele contexto familiar.

Vania Samira

Comentado [AR6]: Bruno, estou com dificuldade de reformular este trecho... Vou dar uma sugestão, vc vê aí.

Nesse ponto, Bruno, é importante até a gente esclarecer que, embora, o Ministério Público seja uma porta para que as denúncias que a gente recebe e que tem função de receber aconteçam. É importante também pontuar que a atuação do Ministério Público é muito subsidiária. Como a Luciana falou, essas medidas judiciais, essas intervenções vão ocorrer em último caso, porque são questões de política pública, e as políticas públicas são executadas pelo Poder Executivo.

Entrevistador

Certo.

Vania Samira

E aí quando você pergunta da importância de trabalhar de forma articulada, a gente tem previsão [disso] na política socioassistencial. A política de assistência social é uma política feita em rede. Então, a assistência social, normalmente do município, recebe as demandas de vulnerabilidade de certos grupos. E quando a gente fala de vulnerabilidade, a gente pensa em vulnerabilidade normalmente econômica, mas não é só a vulnerabilidade econômica.

Então qualquer situação de risco e de necessidade que qualquer pessoa, ainda que uma pessoa que tenha condições financeiras, esteja passando, esses órgãos podem ser acionados, a assistência social do município pode ser acionada e vai trabalhar com as outras políticas setoriais para atender e sanar essas vulnerabilidades que estejam ocorrendo com os idosos ou com pessoas com deficiência, com criança, adolescente.

Então, assim, o trabalho em rede é uma premissa dessa política da assistência social. Então, a assistência social tem que conversar com a saúde, com a educação, com a vigilância sanitária, com a defesa civil.

Entrevistador

Perfeito.

Vania Samira

Para conseguir sanar de forma integral a vulnerabilidade daquela pessoa que vem a ser atendida e só deveria vir ao Ministério Público quando a política falha. Só chega para o Ministério Público quando a política falha. Então, o nosso trabalho também é de fomentar essa política para que ela aconteça da forma adequada.

Entrevistador

Para explicar para o nosso cidadão, promotora Vânia, para ele fazer uma denúncia, qual seria a orientação?

Vania Samira

Bom, os nossos canais são inúmeros. Se passou na porta, se estiver olhando muito, a gente puxa para dentro. Mas o cidadão pode procurar pela Ouvidoria do Ministério Público. A gente tem o telefone 127, que é gratuito. Se quiser fazer denúncia anônima, pode, se quiser se identificar, mas, pedir sigilo, a gente tem os dados da pessoa, mas a gente não divulga, nem dentro lá do procedimento. A gente recebe por carta também, por telefone fixo, se for o caso de ser fora do estado de Minas, porque 127

Comentado [AR7]: Ouvindo agora de novo, esta parte também precisa ser reestruturada... Está difícil inferir da forma como se apresenta.

Nesse ponto, Bruno, é importante até a gente esclarecer que, embora, o Ministério Público seja uma porta para que as denúncias que a gente recebe e que tem função de receber aconteçam. É importante também pontuar que a atuação do Ministério Público é muito subsidiária.

Comentado [AR8]: Tem acento? Checar.

só funciona aqui para o estado de Minas. No site do Ministério Público, a gente tem lá a parte de fazer as denúncias na Ouvidoria. Então dá para fazer pela internet também, e lá tem todos os contatos possíveis da Ouvidoria. Também nas Promotorias de Justiça locais. Então, em cada comarca, cada município, procurar o promotor local é uma forma eficiente. Se quiser ligar para o centro de apoio, a gente também recebe, se quiser ir ao centro de apoio, a gente recebe, mandar e-mail, a gente recebe também. Então a gente recebe por qualquer meio. É só falar com a gente.

Entrevistador

Você está ouvindo o Vox, o podcast do Ministério Público de Minas Gerais.

Nós estamos conversando com as promotoras de Justiça Vânia Doro e Luciana Andrade Reis. A pauta de hoje é acolhimento da pessoa idosa.

Segundo dados de 2020 da ONU, o número de idosos com 60 anos ou mais era de 202 milhões em 1950. Passou para 1,1 bilhão em 2020 e deve alcançar a importante marca de 3,1 bilhões em 2100. Nesse contexto, promotoras, gostaria que comentassem a respeito do Estatuto do Idoso e sobre as suas atualizações.

Vania Samira

Então, eu costumo dizer que a gente trata muito mal os nossos idosos, né? A gente tem muito preconceito de idade. Não só os idosos. De modo geral, a juventude é muito enaltecida, todo mundo quer ser sempre jovem, ninguém quer morrer, mas não quer ficar velho, né? Igual a Luciana falou “Ah, esse velho”. A gente tem a mania de falar “você não está muito velho para isso?”, “isso é roupa de velho usar?”

Então, a gente tem que cortar esses costumes, que são culturais. Especialmente considerando essas estatísticas, e, graças a Deus, a população tem envelhecido, tem vivido mais. Cada dia é mais normal encontrar uma pessoa com mais de 90 anos.

Entrevistador

A expectativa de vida aumentando.

Vania Samira

Graças a Deus, e que continue assim, né?

A gente espera viver muito, só que esse viver muito tem que vir acompanhado de viver bem. Não adianta só viver muito, a gente tem que viver com qualidade. E a tendência é que seja cada dia mais necessária atualização do Estatuto do Idoso, porque as necessidades vão mudando. A gente vai tendo muitos idosos, lógico, até pela situação de vida, com muita dependência, mas a gente vai tendo cada vez mais jovens idosos, vamos dizer assim, né? O pessoal fala: “Os 50 são os novos 30”, e as coisas vão evoluindo assim.

Entrevistador

Na psicologia, por exemplo, já há uma mudança, né?

Vania Samira

Pois é, então a idade ativa aumenta, né? As pessoas trabalham até mais tarde e com condição de trabalhar. Então essas atualizações vão ser cada vez mais necessárias.

A mudança de perspectiva e do cuidado com o idoso vai ser cada vez mais necessária. Então, eu penso que a tendência é que o Estatuto do Idoso seja cada vez mais fluido para que possa acompanhar essa alteração da nossa própria sociedade.

Luciana Andrade

É, eu acho que é exatamente por esse ponto. Hoje em dia, com a expectativa de vida aumentando, a legislação tem que acompanhar. Não adianta nós termos uma legislação engessada, porque ela não atende mais o anseio atual da sociedade, e com isso a gente fica vendo. O Estatuto do Idoso, passa por algumas mudanças, vem passando, e não só isso, não só o Estatuto do Idoso, como legislações esparsas também nesse sentido, para tentar acompanhar esse movimento da sociedade, porque o que era necessário lá atrás, hoje em dia, pode não ser mais.

Então, é importante essa possibilidade de mutação contínua, né?

Entrevistador

Bom, a gente vive em pandemia ainda. Quais os impactos da pandemia de covid-19 e do isolamento social nos casos de violência contra as pessoas idosas?

Vania Samira

O público mais vulnerável, e aí eu falo dos idosos, crianças e adolescentes, mulheres em situação de violência, foi muito afetado durante esse período de pandemia por conta do isolamento social.

Como a Luciana falou mais cedo, muitas formas de violência chegam ao conhecimento da polícia, do Ministério Público, dos órgãos que têm autoridade ou competência para tomar alguma providência por “ouvir dizer”, por vizinho, pela pessoa que sai na rua e está com o machucado estranho. E aí, quando está todo mundo recolhido em casa, essas notícias ficam menos fáceis de serem [feitas] [dadas], porque as pessoas param de ver.

Às vezes escutam um grito, alguma coisa, mas elas não sabem muito bem o que está acontecendo e ficam sem condição de fornecer muita ajuda. Então eu acho que o impacto muito grande foi esse, porque essas violências pararam de ser vistas, e aí as pessoas pararam de noticiar.

Luciana Andrade

É, e uma outra questão que ocorreu de fato, a suposta fiscalização que a gente exerce em algumas instituições, quando o Ministério Público vai até o local para fazer essa fiscalização, durante o tempo mais, vamos dizer assim, o auge da pandemia, ficou suspensa, porque os idosos eram supostamente população de risco, não podiam ter contato com o público externo, então eles tentavam se preservar. Mas isso, ao mesmo tempo, não permitia saber o que estava acontecendo ali dentro, então não [havia a possibilidade supostamente] [dava para saber] se não houvesse uma denúncia prévia, alguma coisa bem incisiva, mas aquela fiscalização contínua, aquela situação de passar ali para ver o que está acontecendo ficou suspensa. Visitação familiar também. Os familiares e muitas instituições não

podiam ir lá para visitar esses idosos, então isso acabou por gerar alguns problemas, algumas demandas em razão dessa impossibilidade de saber de fato o que estava acontecendo. Porque uma simples notícia, um telefonema, às vezes, [ele] [a situação] fica [maquiado] [maquiada], então ir até o local e ver de perto o que realmente está acontecendo, isso, durante a pandemia, acho que ficou bem prejudicado.

Entrevistador

Isso trouxe um impacto também para o número de idosos que vivem em instituições de longa permanência? Digo, tem mais idosos nas casas de permanência?

Vania Samira

Eu não sei se tem mais por conta da pandemia, sabe? Porque a gente tem, infelizmente, uma demanda por acolhimento muito grande. Como a Luciana falou, as famílias muitas vezes querem entregar os idosos.

Entrevistador

É uma tendência?

Vania Samira

É uma tendência, mas é uma tendência que eu não deposito só no ombro da família não.

É uma conjuntura que leva a isso, sabe? A gente tem diversos serviços socioassistenciais previstos em normas. A gente tem um sistema, o Sistema Único de Assistência Social, que prevê diversos serviços de várias modalidades, sendo o acolhimento institucional um deles. Só que é o que deveria ser buscado como última alternativa. A exceção. Depois que a gente já tentou todos os outros, não conseguimos resolver a vulnerabilidade da pessoa idosa, a gente institucionaliza.

Só que como a política ainda não está bem implementada, não está em pleno funcionamento, o que a gente tem, na verdade, e, mesmo assim, bem capenga, é a entrada no Sistema Único de Assistência Social, primeiro serviço, o serviço mais básico, que são os serviços oferecidos pelos Centros de Referência da Assistência Social, que são os CRAS, e o acolhimento, que deveria ser o último. Nesse meio de caminho, a gente quase não tem serviço em funcionamento, e esses serviços servem justamente como um apoio para a família, para desonerar a família nessa tarefa que é difícil. A gente entende que é difícil ter uma pessoa dependente, às vezes dependente 24 horas por dia, né? Então tem pessoas que têm que parar de trabalhar e não podem se dar a esse luxo de parar de trabalhar, porque elas têm mais gente na família, têm contas para pagar.

Entrevistador

Questões físicas, sociais, financeiras.

Vania Samira

Exatamente. E aí o Estado não fornece esse suporte para a família poder cuidar melhor dos seus dependentes, dos seus idosos e entrega para a família todo o ônus de cuidar dessa pessoa. Então eu até entendo, é lógico que tem casos e casos, né? Tem casos em que o pessoal quer só ficar livre mesmo, mas a gente precisa olhar de uma forma mais integral, mais global. E mesmo esse serviço de

acolhimento, a maioria deles não são ofertados pela rede pública, são entidades privadas que fazem esse acolhimento. Então, é uma falha institucional muito grande.

Luciana Andrade

Eu até queria fazer uma observação. Eu enxergo isso como uma mudança de pensamento, porque se a gente for pensar na questão da infância, a depender da idade da criança, ela é tão dependente quanto o idoso, e a possibilidade de você encontrar algum lugar para criança ficar, uma creche, uma casa de brincar ou até mesmo essa parte da assistência que consiga suprir, às vezes fica bem mais fácil do que com relação ao idoso.

Então, agora, a gente tendo essa tendência da população com idade cada vez mais avançada talvez ajude no movimento, nessa questão da própria estrutura do Poder Público e do próprio pensamento das famílias ou até mesmo do poder privado, com a criação de novos centros para atividades voltados aos idosos. Esse tipo de coisa talvez agora comece a ser uma tendência, em razão disso.

Vania Samira

Só para finalizar, acho que além disso que a Luciana coloca, a gente precisa urgentemente de uma mudança de paradigma, porque essas ações voltadas para pessoas idosas, em especial, elas sempre foram feitas de forma muito caritativa.

Então, ainda hoje as pessoas entendem isso como caridade. Mesmo o Poder Público, quando participa, inclusive dessas entidades que fazem acolhimento, seja enviando alimento ou algum tipo de recurso financeiro, faz tendo certeza que está fazendo caridade, uma doação. A chave ainda não virou para entender que aquilo já é estabelecido como política pública.

Entrevistador

Obrigação.

Vania Samira

E precisa ser planejado como política pública. Então precisa ter diagnóstico de demanda, precisa saber do que aquela população precisa, precisa ter planejamento, precisa entrar no orçamento, e não ir fazendo assim “se der”, “a hora que der”.

Entrevistador

Bom, voltando ao caso de Esmeraldas, promotora Luciana, eu queria saber a quais penalidades está sujeita uma pessoa que comete violência contra o idoso?

Luciana Andrade

Na verdade, o leque é grande, porque depende do tipo de violência, do tipo de situação em que se enquadra. Lá em específico, já inicialmente, nós conseguimos identificar vários crimes que ocorriam no local. A princípio, maus-tratos. Isso ficou bem claro para a gente. Nós estamos, ainda, em fase de elaboração da denúncia, que deve ocorrer essa semana.

Algumas situações, talvez a gente consiga enquadrar, inclusive, no crime de tortura. Nós tivemos, infelizmente, notícia de óbitos ocorridos ali no interior dessas duas instituições, e nós estamos

Comentado [AR9]: Não seria isso, mas tb não consegui pegar... Ouvi com fone, sem fone... Sugiro reformulação.

Já no início, nós conseguimos identificar vários crimes que ocorriam no local. A princípio, os maus-tratos ficaram bem claros para a gente, nós estamos, ainda, em fase de elaboração da denúncia, que deve ocorrer essa semana.

Comentado [AR10R9]: Pela milésima vez, consegui identificar: LÁ EM ESPECÍFICO... foi isso o que ela disse! Ufa!

verificando a possibilidade de responsabilização desses diretores. Ficou bem clara a ligação entre o óbito e a suposta situação em que eles se encontravam em razão da ação desses diretores.

Isso tudo que eu passo é no aspecto criminal. Mas a gente tem outras sanções, inclusive no aspecto civil, que estão sendo tratadas em uma outra ação, uma ação cível com relação à pessoa jurídica, com relação às clínicas. Novamente eu digo clínica, mas de maneira bem superficial, porque elas não se enquadram, entendeu? Então, [a] [vai] depender de cada caso, de cada situação, mas basicamente lá a situação que nós conseguimos identificar foi essa.

E, assim, foi até interessante quando nós chegamos ao local, os idosos, acho, estavam tão acostumados com aquilo que a gente chegou até lá e eles disseram: “Não, essa daqui é a minha caminha, vem cá para você ver”. A gente via, assim, um buraco gigante no colchão que quase que o idoso dormia no estrado. E, assim, você via que a pessoa estava inserida naquele ambiente, ela não via algo de tão ruim assim. Aí nós perguntamos para alguns idosos: “E a alimentação, está boa?” “Não, tá ótima”. “E o que você come?” “Ah, o café da manhã é um pão, um pãozinho com café”. “Ah, mas e uma fruta? Alguma coisa?” “Não, é o pão, mas não tem manteiga. Não, é só um pãozinho, mas está bom”. “E no almoço? Tem carne?” “Não, só quando vem de doação”. “E de noite?” “Ah, de noite, todo dia, com esse frio, é bom que é canjiquinha”. Eu falei: “Ah, que delícia, mas mais o quê?” “Não, todo dia é canjiquinha”. Todos os dias.

Então, qualquer tipo de orientação nutricional é possível ver que não existia, não estava correto. Mas, assim, eles se inseriram naquela situação e não enxergavam mais isso. Não achavam que poderia ter algo melhor.

Entrevistador

Se acostumaram com aquela realidade.

Luciana Andrade

É.

Então, é uma questão bem complexa, nesse ponto, essa questão psicológica, essa questão de identificação dessas situações, nós ainda estamos trabalhando, mas o grosso seria basicamente isso.

Entrevistador

Antes de encerrar, promotoras, eu gostaria que vocês olhassem para a nossa câmera e deixassem uma mensagem final sobre o dia 15, que marca o Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa.

Vania Samira

Como eu falei, a gente precisa ter um olhar diferenciado para os nossos idosos, ainda que seja no pensamento [mais voltado para si], pensando que amanhã eu vou estar nesse lugar, mas que a gente possa oferecer mais qualidade de vida para essas pessoas, que seja no nosso cotidiano, ou seja de uma forma coletiva, já contribuíram tanto para a sociedade. E só para pontuar em relação a essa citação de Esmeraldas e para que não haja tanto alarme assim, a fiscalização do Ministério Público é

Comentado [AR11]: não seria: mais voltado para si???

constante em instituições, e, em regra, a nossa fiscalização busca sanar irregularidades de forma parceira, de forma conjunta com a instituição.

A gente tem todo o interesse que instituições de acolhimento sigam acolhendo idosos, mas acolhendo de uma forma adequada. Então, enquanto a gente percebe que a instituição tem irregularidades, mas quer sanar, quer trabalhar de uma forma adequada, a gente quer trabalhar em parceria sim.

Essas atuações, como a de Esmeraldas, são necessárias sempre que a gente percebe que essa cooperação e essa vontade está bem distante do acolhimento do idoso. Obrigada.

Luciana Andrade

Eu acho que é bem nesse sentido. Assim, só pegando essa questão da atuação do Ministério Público, é uma parceria interessante, porque nós gostaríamos que o município onde estamos inseridos tivesse essa oportunidade para os idosos locais. Então, locais parceiros ou com algum tipo de dificuldade, é muito possível e viável esse intercâmbio de informações, esses acordos. “Olha, eu não estou conseguindo me adequar a determinada situação”; “ah, vamos ver, vamos pegar um pouquinho, vou conversar com o município [ser] [para ver se é] possível um pouquinho mais de prazo”, “ah, eu estou pensando no imóvel x, mas ele não tem uma suposta adequação para passar uma cadeira de rodas” “ah, vamos ver onde...”. Isso daí sempre ocorre e é necessário que ocorra. Então, essa parceria com o pessoal local para a gente também é interessante e muito importante. E de fato, essa questão lá foi uma questão muito pontual, em razão de todo esse histórico, de toda essa situação, não foi algo, assim, de ontem para hoje que ocorreu, entendeu?

E, de maneira mais global, com relação a essa situação da população idosa, é bem isso que a gente falou no decorrer de toda a conversa. É uma tendência, a população hoje em dia vai ter uma idade mais avançada, vai ter demandas que necessitam desse olhar, e eu acho que todos os atores envolvidos têm que começar a amadurecer essa ideia e ir sensibilizando e sabendo, dando sua parcela de contribuição. A família, o Poder Público, as entidades sociais. Então, todos eu acho que podem tentar contribuir, abrindo um pouco a cabeça para isso, porque é uma tendência, e eu acredito que não volte mais. Então, cada vez mais nós vamos ter essa população demandando, e os serviços, o tipo de assistência também tem que mudar.

Entrevistador

De maneira geral, precisamos contribuir.

Promotoras de Justiça Vânia e Luciana, muitíssimo obrigado pela participação de vocês aqui no Vox.

Essa entrevista estará disponível nos canais oficiais do MPMG e nas principais plataformas de streaming. Obrigado e até o próximo Vox.